

Moradias de graça no Estado

AGÊNCIA BRASIL

Caixa adota novo sistema para metas

RIO – O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Mattoso, disse ontem, no Rio, que a instituição adotará um novo modelo de metas para a concessão de financiamentos habitacionais, a serem alcançadas pelas diferentes agências.

A rede da Caixa já dispõe de metas de volume de recursos que devem ser contratados em crédito imobiliário.

A partir de agora, essas metas serão mais detalhadas e levarão em conta o tipo de programa em que é concedido o financiamento, o número de unidades imobiliárias que serão construídas com o crédito e também a quantidade de empregos que serão gerados.

No novo critério, será especificado se é o financiamento que será liberado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da Caixa ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e ainda se é voltado para mutuários de baixa renda ou da classe média.

“Com isso, a Caixa terá um maior e melhor posicionamento sobre como estão sendo usados os recursos do crédito habitacional”, disse Mattoso, que participou de almoço com empresários da construção civil.



Lula anunciou o programa para reduzir o problema do déficit habitacional no Brasil

O projeto, que já foi encaminhado por 16 prefeituras, será avaliado pelo governo federal para liberação da verba

O governo federal vai lançar projeto com 2.100 moradias de graça para população no Espírito Santo. Os projetos que envolvem 16 prefeituras no Estado, dentro do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), estão em avaliação na Caixa Econômica Federal.

De acordo com a assessoria de imprensa da Caixa, 16 prefeituras do Estado encaminharam projetos para a construção de casas populares. Segundo o órgão federal, esses projetos estão em avaliação e somente após o parecer final, caso sejam aprovados, é que serão encaminhados para apreciação da União para verificar a possibilidade de liberação do subsídio do governo federal.

Segundo a Caixa ao enviar o projeto de construção da casa própria, as prefeituras devem juntamente encaminhar informações sobre suas contrapartidas, seja com a doação de terreno ou mão-de-obra, para que o governo federal avalie e decida se libera ou não os subsídios.

O objetivo do programa, segundo o governo federal, é atender, principalmente, a população de baixa renda. A Caixa informou que não há previsão para a finalizar os estudos dos projetos encaminhados pelas prefeituras. Após esta primeira etapa, os documentos com os projetos vão aguardar a liberação de verba da União.

Pelo programa anunciado pelo presidente Lula, a Caixa Econômica Federal vai investir neste ano R\$ 5,3 bilhões no PSH para financiar a compra de imóveis novos e usados, a construção e a reforma de moradias.

Entre as mudanças no PSH anunciadas estão o aumento da renda máxima das famílias que podem ser beneficiadas de R\$ 580 para R\$ 720; a elevação do limite de valor do imóvel de R\$ 10 mil para R\$ 21 mil nas regiões metropolitanas e para R\$ 16 mil, nas demais localidades e o aumento do valor do subsídio de R\$ 4,5 mil para R\$ 6 mil, nas regiões metropolitanas.

Pelo programa, os projetos imobiliários são realizados em parceria com governos estaduais e municipais.

Segundo a Caixa, o processo de inscrição, seleção e classificação das famílias, segundo a Caixa, será realizado pelo poder público local, por órgãos da administração direta ou indireta ou, ainda, por companhias de habitação. No caso do Estado poderá ser a Companhia de Habitação do Espírito Santo (Cohab-ES).

CONHEÇA O PROJETO

A quem se destina – O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) visa a atender as famílias que possuem renda familiar bruta mensal de até R\$ 720,00, embora o enfoque principal seja para as famílias que tenham renda de até R\$ 240. Segundo o projeto federal, quanto maior for a renda da família menor será o subsídio oferecido pela União.

Parcerias – A construção das moradias é fruto de uma parceria entre municípios e a União. Caberá ao governo federal a liberação do subsídio, que varia de acordo com a renda da família, e que poderá chegar a até R\$ 6.000, com as novas alterações de valores.

Já para que o programa aconteça é preciso que as prefeituras entrem com uma con-

trapartida. Na maioria das vezes, os municípios participam com o terreno e com parte da mão-de-obra, cabendo aos futuros moradores se unirem em sistema de mutirão para trabalhar junto com a equipe da prefeitura. Nesse caso, o dinheiro liberado pelo governo é utilizado para a compra dos materiais.

Pagamento – Pelo programa do governo federal não caberá ao candidato nenhum ônus para obtenção da casa própria. No entanto, como a iniciativa é uma parceria com as prefeituras, as mesmas poderão vir a cobrar um valor simbólico a fim de criar, por exemplo, um fundo habitacional, que servirá no futuro para a reforma ou construção de novas habitações.

Pré-requisitos – Para participar do programa é preciso que o interessado tenha renda familiar bruta mensal de até R\$ 720,00; não ser proprietário ou promitente comprador de imóvel residencial em qualquer localidade do País.

Além disso, o candidato não poderá possuir qualquer tipo de financiamento imobiliário; não ter recebido benefícios da mesma natureza oriundos de recursos orçamentários da União.

Seleção – De acordo com a Caixa Econômica Federal, caberá ao poder público realizar a seleção dos candidatos. A seleção poderá acontecer tanto pela prefeitura como pela companhia de habitação do Estado, ou seja, a Cohab-ES.

Fonte: Governo federal.